

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.875 - SP (2019/0300296-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAPHAEL CAMARÃO TREVIZAN - AC004256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JANDERSON ALEX ABRAAO FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JANDERSON ALEX ABRAAO FERNANDES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravo em Execução n. 7000334-66.2015.8.26.0590).

Depreende-se dos autos que o paciente requereu, em primeiro grau, a unificação das penas. O pedido foi indeferido.

Irresignada, recorreu a defesa. Em segundo grau, foi negado provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 150):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - Pleito de unificação de penas Impossibilidade - A continuidade delitiva não se confunde com a reiteração criminosa - Benefício que não deve privilegiar criminosos habituais, os quais por sua elevada culpabilidade devem ser submetidos a tratamento penal mais rigoroso. Recurso desprovido.

No Superior Tribunal de Justiça, alega o impetrante que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois teria ele o direito à unificação das penas, tendo em vista que os crimes por ele praticados foram em continuidade delitiva.

Sustenta que o paciente "foi condenado pela prática de roubos nos dias 24/02/2014 (17ª execução), 06/03/2014 (18ª execução) e 09/03/2014 (10ª execução), e no grupo dois 14/11/2013 (5ª execução), 08/12/2013 (6ª execução) e 19/12/2013 (7ª execução) nas mesmas condições de tempo, na mesma cidade de Santos e com o mesmo modo de operação" (e-STJ fl. 4).

Superior Tribunal de Justiça

Acrescenta que, da "análise das características dos crimes de roubo, demonstra que as penas devem ser unificadas, por se tratar de crime continuado que não foi reconhecido pelo juízo de conhecimento. Os processos foram julgados separadamente, mas todos os requisitos legais para o reconhecimento do crime continuado se mostram presentes" (e-STJ fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, a unificação das penas com base na continuidade delitiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

